Introdução

“Caminante, no hay camino,
Se hace el camino al andar”
Antonio Machado

O presente trabalho tem como objetivo a discussão em torno da conceituação do afeto em psicanálise, através do diálogo entre as contribuições de autores do campo psicanalítico e as possíveis articulações com outros campos de saberes, onde o ponto de partida é a abordagem do tema na obra Sigmund Freud. O termo afeto esteve presente na obra freudiana desde os estudos sobre a histeria, sem jamais ter sido abandonado, apesar das transformações ocorridas ao longo do desenvolvimento da teoria psicanalítica. As primeiras teorizações a respeito do afeto nos textos freudianos são anteriores ao período psicanalítico e tiveram a marca da concepção quantitativa proposta por Freud para o funcionamento do aparelho psíquico. Em Freud, podemos compreender o afeto como uma quantidade indeterminada presente nas funções mentais, capaz de crescimento, diminuição, deslocamento e descarga, mas também como o derivado consciente desta quantidade, a qualidade dos diferentes estados emocionais.

A manutenção do aspecto quantitativo, no plano teórico, na tentativa de explicar os processos afetivos e as experiências de prazer e desprazer, porém, sempre se mostrou insuficiente para dar conta das experiências afetivas, tanto na clínica quanto nas relações cotidianas, e esse fato é constatado pelo próprio Freud em diversos momentos de sua obra, como, por exemplo, no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950[1895]), em *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924) e em *Análise Terminável e Interminável* (1937), ao reconhecer que o prazer e o desprazer não podem ser reduzidos apenas a uma explicação da diminuição ou do aumento da quantidade, respectivamente. Na tentativa de elucidar o problema, Freud propõe uma característica qualitativa, que aparece sempre com muita hesitação, e sempre em articulação com o aspecto quantitativo, em frases como: “talvez seja o ritmo, a seqüência temporal de mudanças, elevações e quedas de quantidade de estímulo. Não sabemos” (Freud, 1924, p. 200).

Outro desafio teórico (metapsicológico) na conceituação do afeto, em Freud, está em estabelecer que “os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos” (Freud, 1915, p. 204-205). Dessa forma, o afeto só se apresenta quando ligado a uma representação na consciência, não podendo haver, segundo Freud, afetos inconscientes. Porém, neste mesmo texto, *O Inconsciente* (1915), ele afirma a existência de estruturas afetivas no sistema inconsciente, sem desenvolver o que seriam estas estruturas. Essa mesma discussão ressurgiu, de maneira muito semelhante, em *O Ego e o Id* (1923). Anos mais tarde, já no final de sua obra (e da vida), no texto *Análise Terminável e Interminável* (1937), em que trata do final de análise e das limitações ao tratamento psicanalítico, Freud reconhece ter dedicado muita atenção às abordagens dinâmica e tópica de sua metapsicologia (a *bruxa* teórica psicanalítica) e, com isso, ter negligenciado a linha de abordagem econômica (Freud, 1937), justamente, aquela que mais se articula com o conceito do afeto.

O meu interesse sobre a temática do afeto surgiu há alguns anos, durante a minha graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir das minhas primeiras leituras da obra freudiana e das primeiras experiências clínicas, durante o estágio supervisionado em clínica psicanalítica na Divisão de Psicologia Aplicada (DPA) do *campus* da Praia Vermelha. Ao me deparar com as (enormes) dificuldades no manejo clínico com os meus primeiros pacientes, procurei buscar respaldo para a minha prática na teoria e nas recomendações técnicas freudianas. Foi então que me dei conta das hesitações de Freud a respeito da relação transferencial e da teorização sobre o afeto.

Minha graduação no Instituto de Psicologia (IP) da UFRJ ocorreu na virada do século XX para o XXI. Cabe destacar que o corpo docente do IP contava com psicólogos de diversas linhas, mas com uma forte presença de (muitos) professores psicanalistas, distribuídos por diferentes departamentos. Assim, durante os anos de formação em psicologia, tive o que considero uma dupla formação: a dos estudos psicanalíticos (principalmente, os textos metapsicológicos de Freud) e de toda a intensa discussão que havia nos outros cursos, onde destaco a recorrência de temas como a “crise dos paradigmas”, o surgimento (recente) das “neurociências” e a “interdisciplinaridade/

transdisciplinaridade”. Ao final dos anos de formação, comecei a ouvir (com interesse) a ideia do pensamento da complexidade (sempre associado ao nome de Edgar Morin) e, vez por outra, a expressão “reforma psiquiátrica”. Não foi nos bancos escolares da academia que tomei conhecimento desses temas, mas a partir dos *encontros* e da discussão sobre as diferentes *experiências* de estágio com os meus amigos e colegas da DPA.

Esses encontros me levaram a abandonar o meu projeto de ingressar diretamente no mestrado para buscar uma maior experiência clínica, ao me candidatar a uma vaga no Curso de Especialização em Saúde Mental nos moldes Residência no Instituto Municipal Philippe Pinel (IMPP), em parceria com o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB). A experiência da residência foi transformadora. A partir dela, tomei contato com um “vasto mundo novo” (a poucos metros do IP, no mesmo quadrilátero entre a Urca e Botafogo – onde foi construído o primeiro hospício do Brasil), dos movimentos das reformas sanitária e psiquiátrica que levaram à implementação do SUS (infelizmente, ainda precária) e à aprovação da Lei 10.216, ou “lei da reforma psiquiátrica”, em abril de 2001, que redireciona as políticas públicas do setor, mas que ainda luta para se estabelecer como modelo de atenção no campo da saúde mental (Delgado, 2001). Um amplo e profundo debate acompanhou as décadas do movimento da saúde mental aqui no Brasil, com a influência dos movimentos em outros países e com a contribuição teórica de autores como Erving Goffman, Felix Guattari, Franco Basaglia e Robert Castel (Amarante, 2003a).

Esse debate ajudou a definir os parâmetros para a transformação de um modelo assistencial “manicomial” (hospitalocêntrico) para a consolidação do modelo psicossocial (baseado na construção de uma rede intersetorial de serviços) (Costa-Rosa, 2000), num processo sócio-cultural complexo, de verdadeiro corte nas dimensões epistemológica (ou teórico-conceitual), técnica-assistencial, jurídica-política e ética-estética, como estratégia de *desinstitucionalização*: “processo complexo de recolocar o problema, de reconstruir saberes e práticas, de estabelecer novas relações” (Amarante, 2003b, p. 50), e noções como a de “clínica ampliada”: uma outra forma de pensar, agir e fazer a clínica, “como construção de possibilidades, como construção de subjetividades, como

possibilidade de ocupar-se de sujeitos com sofrimento” (Amarante, 2003b, p. 59), centrada na ideia de responsabilidade e cuidado.

A “militância” no campo da saúde mental e a experiência clínica ao longo da residência e nos trabalhos posteriores, em diferentes serviços (multiprofissionais) e instituições (públicas e privadas), como emergências e enfermarias psiquiátricas, CAPs, ambulatório e hospital geral, com um público bastante diversificado (crianças, jovens e adultos, pacientes neurológicos, com retardo mental de moderado a grave, psicóticos, autistas, dependentes químicos e neuróticos graves), em sua esmagadora maioria medicados com psicotrópicos, foram decisivas e transformadoras para recolocar meu interesse sobre a questão do afeto em outras bases. Para reforçar essa ideia, lembro-me de uma citação de Freud, que apresento aqui já um pouco modificada pela minha leitura: a de que bons livros, textos e ideias são como bons amigos, encontros e experiências, a quem devemos uma boa parcela de nosso conhecimento e da nossa visão de mundo.

A passagem acima sobre o contexto e as motivações pessoais que me levaram novamente ao estudo do afeto, não estão aqui como mero recurso literário, mas para tornar explícito o entendimento que tenho sobre a produção do conhecimento, em geral, e, em particular, no campo das ciências humanas, da psicologia e da psicanálise. Rechaço, peremptoriamente, o mito da “neutralidade científica” e acredito que os saberes que pretendem tomar o “Homem” como “objeto” de estudo, não devem elaborar teorias como “realidades externas” ao próprio Homem, mas, ao contrário, devem buscar sempre a sua articulação com os aspectos sociais, históricos e culturais, como produtos de *experiências afetivas encarnadas*. Pois, juntamente com as respostas e as construções teóricas para a explicação dos fenômenos da vida, o que importa saber é qual o contexto e a partir de que problemas surgiram as questões que as motivaram. E esta ideia é fundamental para a discussão que interessa a esse trabalho.

De início, a proposta original do ante-projeto tinha como objetivo principal estudar o afeto na literatura psicanalítica, buscando clarear a necessidade e a importância desta noção para a teoria, objetivando a sua formalização como conceito. Como objetivos específicos, desenvolver um estudo sobre as relações entre corpo e mente, procurando estabelecer uma articulação com o conceito de

transferência e os processos de subjetivação na clínica e na cultura contemporânea, a partir do diálogo com outros autores e outros campos do saber.

Com o início das leituras e da pesquisa, porém, logo surgiram as primeiras dificuldades e ideias que me obrigariam a um *détour* no caminho e no desenvolvimento das investigações sobre o tema¹, como uma pedra no meio do caminho. No entanto, aceitei o desafio de enfrentar este obstáculo desconcertante, o problema mente-corpo. Além dos versos do poeta, também me lembrei da imagem de Freud sobre o início do tratamento, que o compara aos movimentos do xadrez, onde só podemos ter alguma certeza sobre os primeiros passos, sendo impossível prever o percurso até o ponto de chegada (Freud, 1913). À medida, portanto, em que ia avançando, o trabalho foi passando por inúmeras transformações e reformulações, afetado pelos encontros com a literatura e com a obra dos diferentes autores e pela experiência clínica, tentando manter sempre aberto este diálogo.

É certo que as páginas que se seguem não ganharam a forma completa e acabada de uma ideia bem elaborada e consistente, já que a idéia que apresento ainda está em pleno processo de construção. Infelizmente, a academia me exigiu um tempo que não acompanhou o tempo do surgimento e necessário amadurecimento da ideia. Mas nem por isso, achei que deveria refugar e guardar para um outro momento a apresentação de tais proposições. Desde já, elas estão expostas, sujeitas a críticas e contribuições. As indagações e inquietações ao longo do processo me levaram até esse ponto, de onde, espero, possa ter garantido a preparação e a sementeira do terreno para novas ideias e o desdobramento desta pesquisa.

O primeiro capítulo será dedicado ao desenvolvimento do afeto na obra freudiana, levando em consideração a concepção quantitativa e a articulação com o conceito de pulsão na teoria psicanalítica (a “ficção” metapsicológica), em que o afeto é entendido como representante psíquico da pulsão. Nele, serão também apresentados os impasses da concepção dualista proposta por Freud, pela dificuldade de localizar os conceitos limítrofes e externos ao aparelho psíquico, tais como o corpo, as pulsões e o próprio afeto.

¹ “No meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas” (Andrade, Carlos Drummond de, 1975, p. 186).

No segundo capítulo, as inovações técnicas de Ferenczi e suas reformulações teóricas, principalmente a partir da análise dos conceitos de “introjeção”, “trauma” e da sua “ficção bioanalítica”, serão o ponto de partida para se pensar uma visão mais atenuada do dualismo freudiano e a conceituação do afeto, pela ênfase sobre os fatores externos, que envolvem o ambiente, o aspecto relacional e a experiência vivida do indivíduo como contraponto às concepções freudianas, cuja ênfase recai sobre o aspecto pulsional e dos elementos psíquicos, como a representação e a fantasia.

O terceiro capítulo trará um breve histórico sobre a constituição do campo psicanalítico, apontando para os elementos que constituem, em parte, a “crise” na psicanálise contemporânea, como a questão em torno do afeto e do problema da relação mente e corpo, com a manutenção da concepção dualista. Através do diálogo com autores de diferentes campos de saber, como E. Morin, I. Prigogine, I. Stengers, F. Nietzsche e A. Damásio, buscará estabelecer possíveis articulações no sentido de recolocar a questão sobre o afeto num outro cenário teórico.

Para evitar dúvidas, gostaria de esclarecer que o campo psicanalítico, para este trabalho, é entendido como uma unidade múltipla, de enorme diversidade (geográfica, doutrinária e institucional), com diferentes correntes, teorias e práticas (clínicas e institucionais) que o constituem, mas que mantém, ainda assim, elementos em comum, como os conceitos de inconsciente, recalque, pulsões, transferência, interpretação e associação livre, embora com definições e usos significativamente diferentes (Figueiredo, 2002) e uma filiação inquestionável com a matriz freudiana (Bercherie, 1984). Assim, quando houver referências à psicanálise, sem a identificação dos autores, correntes ou modelos, elas se relacionam ao conjunto do campo psicanalítico ou, pelo menos, a uma tendência ou característica de uma parcela majoritária.